Inspecção-Geral das Actividades Culturais

Despacho n.º 21 028/2005 (2.ª série). — Nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 9.º e do artigo 10.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, bem como pelo disposto no Decreto-Lei n.º 80/97, de 8 de Abril, na parte aplicável, designo para substituição da signatária, por motivo de ausência em serviço no estrangeiro, o licenciado Júlio Ernesto Fonseca de Araújo de Melo, subinspector-geral das Actividades Culturais, de 4 a 8 de Outubro de 2005, inclusive.

26 de Setembro de 2005. — A Inspectora-Geral, *Maria Paula Andrade*.

Rectificação n.º 1674/2005. — Por ter sido publicado com inexactidão o despacho n.º 17 886/2005 (2.ª série), inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 159, de 19 de Agosto de 2005, a p. 11 949, rectifica-se que onde se lê «Na situação de licença sem vencimento de longa duração desde 1 de Março de 1991» deve ler-se «Na situação de licença sem vencimento de longa duração desde 2 de Setembro de 1991».

19 de Setembro de 2005. — O Subinspector-Geral, *Júlio Araújo Melo*.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Despacho (extracto) n.º 21 029/2005 (2.ª série). — Por despacho do vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura de 15 de Setembro de 2005:

Dr.ª Filomena Verónica Barata Rocha Gomes Teixeira, juíza de direito, em regime de estágio, no Tribunal da Comarca de Caldas da Rainha — transferida, em idêntica situação, para o Tribunal da Comarca de Peniche.

Dr.ª Ana Paula Adão Martins, juíza de direito, em regime de estágio, no Tribunal da Comarca de Viseu — transferida, em idêntica situação, para o Tribunal da Comarca de Vila Nova de Gaia.

Dr.ª Carla Luísa dos Santos Peralta, juíza de direito, em regime de estágio, no Tribunal da Comarca de Loulé — transferida, em idêntica situação, para o Tribunal da Comarca da Moita.

(Posse imediata, com efeitos a 21 de Setembro de 2005.)

21 de Setembro de 2005. — O Juiz-Secretário, *Paulo Guerra*.

Despacho (extracto) n.º 21 030/2005 (2.ª série). — No uso de competência delegada por despacho do vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura de 21 de Setembro de 2005:

Dr. José Carlos Lopes Pinto, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Ponta do Sol — colocado como juiz auxiliar e até ao próximo movimento judicial ordinário na Bolsa de Juizes do Distrito Judicial de Lisboa.

(Posse imediata, com efeitos a 21 de Setembro de 2005.)

21 de Setembro de 2005. — O Juiz-Secretário, *Paulo Guerra*.

CONSELHO SUPERIOR DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

Deliberação n.º 1316/2005. — Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 29 de Setembro de 2005:

Dr.ª Maria Fernanda Antunes Aparício Duarte Brandão, juíza de direito, a exercer funções no 2.º Juízo do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto — nomeada, em comissão permanente de serviço, juíza desembargadora da Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Norte.

Dr. Rui Fernando Belfo Pereira, juiz de direito, a exercer funções no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, afecto ao 1.º Juízo Liquidatário — nomeado, em comissão permanente de serviço, juiz desembargador da Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Norte.

Dr. José Luís Paulo Escudeiro, juiz de direito, a exercer funções no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, afecto ao 1.º Juízo Liquidatário — nomeado, em comissão permanente de serviço, juiz desembargador da Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Norte.

Dr. José Augusto Araújo Veloso, juiz de direito, a exercer funções no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, afecto ao 1.º Juízo

Liquidatário — nomeado, em comissão permanente de serviço, juiz desembargador da Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Norte.

Dr.ª Maria Ivone Mendes Martins, juíza de direito, a exercer funções no 2.º Juízo do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa — nomeada, em comissão permanente de serviço, juíza desembargadora da Secção de Contencioso Tributário do Tribunal Central Administrativo Norte.

Dr. Aníbal Ruivo Ferraz, juiz de direito, a exercer funções no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, afecto ao 1.º Juízo Liquidatário — nomeado, em comissão permanente de serviço, juiz desembargador da Secção de Contencioso Tributário do Tribunal Central Administrativo Norte.

Prazo para a posse: cinco dias.

(Isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Nota. — A execução deste movimento fica dependente da obtenção do respectivo cabimento orçamental.

29 de Setembro de 2005. — O Presidente, *Manuel Fernando dos Santos Serra*.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Gabinete de Documentação e Direito Comparado

Aviso n.º 8638/2005 (2.ª série). — Por despacho do secretário da Procuradoria-Geral da República de 15 de Setembro de 2005:

Licenciado António Manuel Crespo Pimentel Vilhena de Carvalho, assessor do quadro de pessoal do Gabinete de Documentação e Direito Comparado — provido na categoria de assessor principal do mesmo quadro de pessoal, ficando posicionado no escalão 1, índice 710, da tabela n.º 1 do sistema retributivo da Administração Pública. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Setembro de 2005. — A Directora, *Joana Gomes Ferreira*.

Rectificação n.º 1675/2005. — Por ter saído com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 183, de 22 de Setembro de 2005, o aviso n.º 8250/2005 (2.ª série), referente ao licenciado Carlos Maria Blasques da Rosa Leal, técnico superior principal do quadro de pessoal do Gabinete de Documentação e Direito Comparado, rectifica-se que onde se lê «com início em 30 de Setembro de 2004» deve ler-se «com início em 30 de Setembro de 2005».

23 de Setembro de 2005. — A Directora, *Joana Gomes Ferreira*.

ALTA AUTORIDADE PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Deliberação n.º 1317/2005. — *Deliberação relativa ao pedido de modificação do serviço de programas televisivos denominado SIC Notícias — CNL (aprovada em reunião plenária de 21 de Setembro de 2005).* — 1 — Por carta de 2 de Agosto de 2005, a Lisboa TV — Informação e Multimédia, S. A., comunica à AACS a intenção de proceder à extensão do âmbito de cobertura territorial do serviço de programas SIC Notícias — CNL, de «nacional» para «nacional e internacional», requerendo ao mesmo tempo, caso tal se entenda necessário, a aprovação da inerente modificação do projecto autorizado.

2 — Recorde-se que, em 8 de Novembro de 2000, a AACS deliberou «conceder autorização de acesso à actividade televisiva à Lisboa TV — Informação e Multimédia, S. A., para exploração de um canal denominado SIC Notícias — CNL, nos termos, condições e com as características constantes do projecto apresentado», determinando ainda que o referido canal fosse classificado como «temático de cobertura nacional e acesso não condicionado».

3 — De acordo com a memória justificativa que acompanha o pedido, o serviço de programas SIC Notícias — CNL «foi adquirindo um estatuto de grande credibilidade informativa e formativa, tornando-se conhecido e apetecido pelas comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo e [...] pelos países de língua oficial portuguesa», razão pela qual «os pedidos de internacionalização da distribuição [...] por parte de inúmeras redes de cabo a operar no estrangeiro para ser oferecido àquelas comunidades e países são muitos e intensos», concluindo a requerente que, sem modificar em nada o projecto aprovado, se impõe apenas o alargamento gradual do seu âmbito